**ANEXO I**

MINISTÉRIO DA CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

EDITAL Nº 04/2023 - Prêmio Conceição Evaristo de Literatura Afrofuturista

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI QUALQUER TIPO DE VÍNCULO COM O MINISTÉRIO DA CULTURA OU A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito sob o CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declaro, para todos os fins do Prêmio Conceição Evaristo de Literatura Afrofuturista, que não sou ou represento:

1. Membro do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União ou respectivo cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
2. Servidores públicos vinculados à Fundação Cultural Palmares, ao Ministério da Cultura, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
3. Pessoa Física que se encontre, ao tempo da inscrição, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
5. Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual ou empresas;
6. Pessoas Físicas associadas de qualquer forma a Pessoas Jurídicas, Microempreendedor Individual ou empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
7. Pessoa Física que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, ou que tenham qualquer associação com Pessoa Jurídica que se encontre na mesma situação.

Ressalto, ainda, não possuir nenhum vínculo de parentesco ou societário com os membros da Comissão Julgadora e da Comissão de Habilitação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO AUTOR